



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE COMPONENTES

CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

DIR043

DIREITO DO TRABALHO I

CARGA HORÁRIA

MÓDULO

SEMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL
68	0	0	68

T	P	E

2015.2

EMENTA

NOÇÕES FUNDAMENTAIS, CONTRATOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO. CARACTERIZAÇÃO. CONTRATOS AFINS. CONTRATOS ESPECIAIS DE TRABALHO. SUJEITOS E CONTEÚDO. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO.

OBJETIVOS

Estudar o Direito do Trabalho, especialmente seus princípios e regras. Desenvolver visão crítica fundada em perspectiva constitucional acerca dos institutos do Direito do Trabalho com base na doutrina e na jurisprudência.

METODOLOGIA

Desenvolver um processo educativo e prático com metodologias interativas e participativas, conferindo ao aluno um papel ativo na construção do conhecimento mediante aulas expositivas, leituras, discussão de textos, análise da jurisprudências, exibição de vídeos, realização de resenhas e fichamentos e, quando necessário, elaboração e apresentação de estudos em grupo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

1.1 O trabalho e a formação histórica do direito do trabalho

1.2 Direito do trabalho: denominações, definição, características, divisão, natureza, funções, autonomia e relação com outras disciplinas.

1.3 Fontes do direito do trabalho.

1.4 Interpretação, integração e aplicação do direito do trabalho.

1.5 Direito internacional do trabalho e a Organização Internacional do Trabalho.

UNIDADE II PRINCÍPIOS DO DIRETO DO TRABALHO

UNIDADE III ATIVIDADE, TRABALHO E EMPREGO.



- 3.1 Atividades em sentido estrito: estágio e serviço voluntário
- 3.2 Relação de trabalho e relação de emprego: trabalho autônomo, trabalho subordinado, trabalho eventual, trabalho avulso e empregado.
- 3.3 Relação de emprego e seus elementos caracterizadores.

UNIDADE IV - CONTRATO DE EMPREGO

- 4.1 Denominação, definição, caracterização, classificação, defeitos e invalidade.
- 4.2 Negociação preliminar e contrato preliminar de emprego.
- 4.3 EMPREGADO
 - 4.3.1 Definição de empregado
 - 4.3.2 Tipologia de empregados
- 4.4 EMPREGADOR
 - 4.4.1 Definição de empregador.
 - 4.4.2 Poder diretivo patronal
 - 4.4.3 Sucessão empresarial
 - 4.4.4 Grupo econômico trabalhista
 - 4.4.5 Terceirização.

UNIDADE V - IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

UNIDADE VI - TEMPO DE DURAÇÃO DOS CONTRATOS DE EMPREGO

- 6.1 Contratação por tempo indeterminado
- 6.2 Contratação por tempo determinado. Espécies

UNIDADE VII - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

- 7.1 Órgãos de segurança e saúde do trabalhador nas empresas
- 7.2 Equipamentos de proteção individual
- 7.3 Exames e atestados médicos
- 7.4 Atividades insalubres, perigosas e penosas.

UNIDADE VIII - DURAÇÃO DO TRABALHO E PERÍODOS DE DESCANSO

- 8.1 Trabalho de duração normal e trabalho de duração especial
- 8.2 Prorrogação de horas de trabalho
- 8.3 Compensação de horas de trabalho e banco de horas
- 8.4 Turno de prestação do trabalho: trabalho diurno e noturno
- 8.5 Pausas e Intervalos
- 8.6 FÉRIAS

UNIDADE IX - RETRIBUIÇÃO DO TRABALHO

- 9.1 Parcelas de natureza remuneratória e não remuneratória
- 9.2 Proteção jurídica do salário
- 9.3 Isonomia salarial: equivalência, equiparação e enquadramento salariais.

UNIDADE X - ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO

UNIDADE XI - SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO CONTRATUAIS

- 11.1 Situações de suspensão e interrupção contratuais com previsão em texto legal
- 11.2 Situações de suspensão e interrupção contratuais pelo exercício da autonomia privada



UNIDADE XII - GARANTIA DE EMPREGO, ESTABILIDADE E FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

UNIDADE XIII - CESSAÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO

13.1 As situações de cessação do contrato de emprego e os créditos correspondentes.

13.2 Pagamento das parcelas decorrentes da cessação do contrato: base de cálculo, termo de rescisão do contrato de trabalho, homologação e assistência, quitação e eficácia liberatória, prazo de pagamento e pena pelo atraso.

UNIDADE XIV - PROTEÇÃO AO TRABALHO FEMININO E INFANTOJUVENIL

UNIDADE XV - A PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia básica:

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, última edição.

MARTINEZ, Luciano. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: Saraiva, última edição.

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR, última edição.

Bibliografia Complementar:

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Curso de direito do trabalho*. 19. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2012.

PINTO, José Augusto Rodrigues. *Tratado de direito material do trabalho*. São Paulo: LTr, 2007.

RODRIGUEZ, Américo Plá. *Princípios de Direito do Trabalho*. São Paulo, LTr, 2014.

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. *Principiologia de direito do trabalho*. Salvador, BA: Contraste Editora Gráfica, 1996.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *O direito do trabalho como instrumento de justiça social*. São Paulo: LTr, 2000.

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento

Programa aprovado em reunião plenária do dia

___/___/___

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso

Programa aprovado em reunião plenária do dia

___/___/___



EMENTA:

CONCEITO. DENOMINAÇÃO. FINALIDADE. PRINCÍPIOS. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DE NORMAS. NORMAS NO ESPAÇO E NO TEMPO. POLÍCIA JUDICIÁRIA E INQUÉRITO POLICIAL. AÇÃO PENAL PÚBLICA, CONDICIONADA, PRIVADA E SUBSIDIÁRIA.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – A NORMA PROCESSUAL PENAL



A. OBJETIVOS:

Expor os caracteres diferenciais da norma processual penal e da norma penal. Estrutura da norma processual penal, interpretação e aplicação (arts. 2º e 3º do código de Processo Penal).

B. QUESTÕES DE ENSINO:

- Conceito de Direito Processual Penal
- Distinções básicas entre norma processual penal e norma penal.
- O Direito Processual Penal como parte do ordenamento jurídico
 - Fontes e destinatários da norma processual penal.
 - Norma processual penal: fontes, validade, interpretação e integração.
 - A Expansão do Direito Penal e Direito e Processo Penal do Inimigo
- Princípios do Direito Processual Penal

C. METODOLOGIA:

Serão ministradas quatro (4) horas aula, de caráter expositivo, focalizando-se o exame das fontes da norma processual penal.

UNIDADE II – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

A. OBJETIVOS:

Dar aos alunos noções sobre o objeto da Jurisdição Penal, mostrando-lhes, em exposição sistemática, as causas penais e os órgãos investidos desse poder. Ressaltar os princípios que governam a jurisdição Penal, examinando-se a Constituição Federal e o Estado, as Leis de Organização judiciária e os regimentos internos dos Tribunais, na parte relativa aos assuntos.

B. QUESTÕES DE ENSINO:

- Jurisdição Penal: conceito, princípios e classificação.

- Limites da Jurisdição Penal Brasileira.
- Competência territorial.
- Competência material
- Competência funcional.
- Competência recursal.
- Competência originária.
- Causas de modificação da competência:

C.METODOLOGIA:

Essas questões serão objeto de dez (10) horas/aulas, legislação. Além dessas, haverá mais uma etapa de quatro (4) horas/aulas, de cunho prático, dando-se ênfase a casos concretos de atuação jurisdicional (competência territorial, material e funcional) assim como a casos de conexão, continência, delegação, prorrogação, prevenção e desaforamento).

UNIDADE III – AÇÃO PENAL

A. OBJETIVOS:

Estudar a problemática do direito de ação e em particular de ação penal, à luz do direito positivo e de lege ferenda, apresentando-se exemplos de como identificar a legitimidade para as respectivas espécies.

B. QUESTÕES DE ENSINO:

- Ação penal: conceito, natureza jurídica e fundamento.
- Condições para exercício da ação penal.
- Classificações da Ação Penal.



C.METODOLOGIA:

Serão ministrados seis (06) horas/aulas, teórico-expositivas, sobre ação e, particularmente, sobre a ação penal, espécies e condições, legitimidade e características. Serão ministradas, ainda, duas (02) horas/aulas, de cunho prático, relativas à denúncia e à queixa, à representação, requisição, renúncia e perdão, decadência e perempção.

UNIDADE IV – SUJEITOS DO PROCESSO

A. OBJETIVOS:

Definir e caracterizar, através de exposições, os sujeitos no processo penal e a figura da substituição, focalizando as causas de suspeição e impedimento e os aspectos pertinentes das Leis de Organização Judiciária estadual e federal, dando ênfase aos princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

B. QUESTÕES DE ENSINO:

1. Sujeitos processuais: classificação, principais sujeitos e substituição processual.

C. METODOLOGIA:

Serão ministradas oito (08) horas/aulas teóricas sobre sujeitos processuais, inclusive substituição processual. Serão ministradas mais quatro (04) horas/aulas práticas sobre nomeação de defensor, sua constituição e indicação de curador e os direitos do assistente.

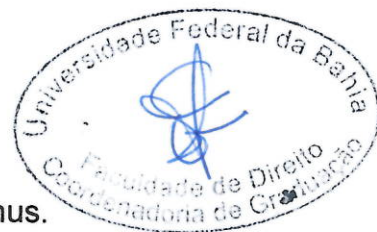
UNIDADE V – ATOS PROCESSUAIS

A. OBJETIVOS:

Dar aos alunos noções básicas a respeito da dinâmica do processo, seu conteúdo e formalidades.

B. QUESTÕES DE ENSINO:

1. Noções iniciais.
2. Classificação geral dos atos processuais.
3. Regras gerais sobre forma, lugar e tempo dos atos processuais.
4. Atos de comunicação processual: citações, intimações, notificações
 - 4.1. Citações
5. Atos postulatórios.
 - 5.1. Defesa do réu.
 - 5.2. Exceções.
 - 5.3. Revelia e ausência.
6. Atos instrutórios e a prova:
 - 6.1. Prova: conceito, princípios básicos, classificação, ônus.
 - 6.2. Medidas cautelares sobre prova.
 - 6.3. Vedação às provas ilícitas e provas ilícitas por derivação.
7. Atos decisórios: classificação.
8. Invalidez dos atos processuais: inexistência e nulidade.



C. METODOLOGIA:

Serão ministradas dez (10) horas/aulas sobre questões de ensino, do ponto de vista científico e do direito legislado e mais duas (02) horas/aulas práticas para demonstrar casos concretos de atos processuais e, em particular, de nulidade.

UNIDADE VI – PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

A. OBJETIVOS:

Dar ao aluno noções básicas sobre o levantamento de dados para a propositura da ação penal e o papel da Polícia Judiciária e a natureza do inquérito, destacando-se as garantias constitucionais.

B. QUESTÕES DE ENSINO:

- Inquérito policial e investigações preliminares: conceito e natureza, espécies e instauração.
- Polícia Judiciária: estrutura e atribuições.
- Procedimentos do inquérito.

C. METODOLOGIA:

Durante quatro (04) horas/aulas expositivas serão conceituadas e explicadas as questões de ensino, com a exata localização no direito positivo. Serão ministradas, ainda, duas (02) horas/aulas práticas familiarizando o aluno com casos concretos de inquérito, com ênfase para sua instauração e o papel do defensor.

UNIDADE VII – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO – INSTRUÇÃO

A. OBJETIVOS:

Demonstrar ao estudante a importância da prova para o processo, sua sistematização e princípios informadores, focalizando-se cada espécie.

B. QUESTÕES DE ENSINO:

1. Introdução
2. O procedimento modelo
3. Classificação geral dos tipos de procedimento no Brasil
4. Interrogatório do réu: natureza jurídica, oportunidade, sistema.
5. Prova testemunhal: admissibilidade e produção.
6. Reconhecimento de pessoas e coisas: procedimento e acatamento.
7. Prova documental: conceito de documento, espécies e produção.
8. Prova indiciária.
9. Prova pericial: perito, exame de corpo de delito e perícias em geral, oportunidade processual.
10. Diligências e alegações finais.
11. Sentença penal: natureza, espécies e estrutura.
12. Coisa Julgada e seus limites.



C. METODOLOGIA:

Serão ministradas oito (08) horas/aulas teórico-expositivas, focalizando-se os vários institutos em face da doutrina e do direito positivo, com uma posição crítica dos problemas. São reservadas mais três (03) horas/aulas, de caráter prática, para exame de casos concretos, inclusive com visitas a repartições policiais e a Juízes criminais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. Canuto Mendes de. **Princípios fundamentais do processo penal.**

ARAS, Vladimir. Cooperação penal internacional no projeto do novo CPP. In: ARAÚJO, Fábio Roque; ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **O projeto do novo código de processo penal.** Salvador: JusPodivm, 2012.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à**

- sociologia do direito penal. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan.
- BINDER, Alberto. **Introdução ao direito processual penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Teoria da pena: fundamentos políticos e aplicação judicial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- DIAS, Jorge de Figueiredo. **Direito processual penal**. Vol. I;
- DUCLERC, Elmir. **Direito Processual Penal**, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- DUCLERC RAMALHO JUNIOR, ELMIR. **Por uma Teoria do Processo Penal**. 1. ed. Florianópolis-SC: 2015. V. 1.
- FARIA, Bento de. **Código de Processo Penal**.
- FERRAJOLI, Luigi. **Derecho y razón: teoríadelgarantismo penal**. Trotta.
- FRANCO, Ary Franco. **Código de Processo Penal**.
- GRINOVER, Ada Pellegrini Grinover. **O Processo em sua unidade**.
- LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional, vol I**. Lumen Juris.
- _____. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional, vol II**. Lumen Juris.
- MARQUES, José Frederico. **Elementos de direito processual penal**. vol. I;
- MENDONÇA, Andrey Borges. **Prisão e outras medidas cautelares pessoais**. São Paulo: Método, 2011.
- MOREIRA, Rômulo de Andrade. **Direito Processual Penal**.
- OLIVEIRA, Eugenio Pacelli; FISCHER, Douglas. **Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- QUEIROZ, Paulo. **Direito penal: parte geral**. Lumen Juris.
- TORNAGHI, Hélio. **Instituições de processo penal**.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. Saraiva.
- ZAFFARONI, E. Raúl et al. **Direito penal brasileiro I: teoria geral do direito penal**. Revan.





UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE
COMPONENTES

CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

DIR190

HERMENÊUTICA JURIDICA

CARGA HORÁRIA

MÓDULO

SEMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL	T	P	E	
68	0	0	68				2004.1

EMENTA

Modos de produção do direito e os instrumentos hermenêuticos. Hermenêutica e construção do direito. Hermenêutica jurídica e jurisprudência. Lógica jurídica e hermenêutica.

OBJETIVOS

Compreender a evolução do pensamento hermenêutico e suas pretensões de universalidade. Identificar a dimensão hermenêutica do fenômeno jurídico e avaliar o modo como diferentes perspectivas teóricas enfrentaram o problema, refletindo sobre seus limites e suas possibilidades.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, leitura dirigida, atividades em grupo e seminários.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

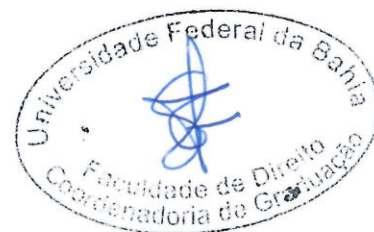
1. Evolução da Hermenêutica como Teoria da Interpretação. O surgimento da Hermenêutica Jurídica.
2. Positivismo jurídico e o problema da interpretação. A solução da Escola de Exegese. Os elementos da interpretação no modelo histórico-sistemático de Savigny. A “sistemática” na Jurisprudência de Conceitos. O teleologismo de Jhering e seus desdobramentos na Jurisprudência de Interesses. “Vontade do legislador” e “vontade da lei”. A construção de uma “Teoria Geral da Interpretação”. Análise e crítica.
3. A interpretação do direito e a Escola do Direito livre. A livre investigação científica.
4. O positivismo lógico e o ceticismo hermenêutico na Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen. A interpretação autêntica e a inautêntica. Interpretação e semântica. Interpretação e discricionariedade.
5. Hermenêutica e construção do direito. Hermenêutica e Fenomenologia. Circularidade. Compreensão, interpretação e aplicação. Análise crítica quanto aos limites e possibilidades das teorias hermenêuticas.
6. Interpretação e escolas críticas. Ideologia e dogmática jurídica. Perspectivas alternativas. Recepção no Brasil. Análise e crítica.
7. Hermenêutica e Constituição. Teoria da Constituição e metódica constitucional. Recepção do discurso hermenêutico-constitucional no Brasil. Análise e crítica.
8. A hermenêutica na construção dialógica do direito. Tópica e nova Retórica. Teorias discursivas. Discursos de fundamentação e aplicação. Estrutura interna e externa do discurso jurídico. Regras e formas da argumentação jurídica.
9. Hermenêutica, pluralismo e reconhecimento na sociedade global.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação**. 9a ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. Tradução: José Lamago. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
- PALMER, Richard. **Hermenêutica**. Trad. de Maria Luisa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



ALEXY, Robert. **Teoria da Argumentação Jurídica**. Tradutora: Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2005.

CARNEIRO, Wálber Araújo. **Hermenêutica jurídica heterorreflexiva: uma teoria dialógica do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STRECK, Lênio. **Verdade e Consenso**. São Paulo: Saraiva, 2015.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

ADEODATO, João Maurício. **A retórica constitucional: sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ALEXY, Robert. **Constitucionalismo discursivo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. _____. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

ATIENZA, Manuel. **As razões do direito: teorias da argumentação jurídica**. Trad. Maria Cristina Guimarães Cupertino. 3. ed. São Paulo: Landy, 2003.

AZEVÊDO, Bernardo Montalvão Varjão de. **O ato de decisão judicial: uma irracionalidade disfarçada**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BLEICHER, Josef. **Hermenêutica contemporânea**. Lisboa: Edições 70, 2002. Cap. I, pg. 23-43.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. São Paulo: EDIPRO, 2003. _____. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10. Ed. Brasília: UNB, 1999. _____. **O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito**. São Paulo: Ícone, 1995 _____. **Da estrutura à função: novos estudos de Teoria do Direito**. Barueri: Manole, 2007. _____. **O positivismo jurídico: lições de Filosofia do Direito**. São Paulo: Ícone, 1995.

CANOTILHO, José Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3. ed. Lisboa: Almedina, 1999.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Teoria da Norma Jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Teoria da Ciência Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

LOSANO, Mario G. **Sistema e estrutura no direito**, vol. I: das origens à escola histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2008. _____. **Sistema e estrutura no direito**, vol. II: século XX. São Paulo: Martins Fontes, 2010. _____. **Sistema e estrutura no direito**, vol. III: do século XX à pós-modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2011.



MACHADO NETO, A. L. **Teoria da ciência jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1975 _____. **Compêndio de introdução à Ciência do Direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

MAILLE, Michel. **Introdução Crítica ao Direito**. 3. ed. Lisboa: Estampa, 2005.

NEVES, António Castanheira. **Metodologia Jurídica: problemas fundamentais**. Coimbra: Coimbra Editora, 1993. _____. **Digesta: Escritos acerca do Direito, do Pensamento Jurídico, da sua Metodologia e Outros**. Volume I. Coimbra: Coimbra Editora, 1995. _____. **Digesta: Escritos acerca do Direito, do Pensamento Jurídico, da sua Metodologia e Outros**. Volume II. Coimbra: Coimbra Editora, 1995. _____. **Digesta: Escritos acerca do Direito, do Pensamento Jurídico, da sua Metodologia e Outros**. Volume III. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. _____. **Transconstitucionalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. _____. **Entre Temis e Leviatã: uma relação difícil**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. _____. **Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PINTO, Marília Muricy Machado. **Racionalidade do Direito, Justiça e Interpretação: Diálogo entre a Teoria Pura e a Concepção Luhmanniana do Direito como Sistema autopoietico**. Hermenêutica Plural. São Paulo: Martins Fontes, 2002 _____. **O pensamento filosófico de A. L. Machado Neto e a nova hermenêutica jurídica**. Revista da Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, v. XXXVII, p. 69, 1999. _____. **A distinção proposições jurídicas / normas de direito na nova teoria pura**. Separata da Revista Brasileira de Filosofia, vol.27, pp. 51 - 70, São Paulo, 1977.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. _____. **Filosofia do direito**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 1994. _____. **Fontes e modelos do direito: para um novo paradigma hermenêutico**. São Paulo: Saraiva, 2002. _____. **Teoria tridimensional do direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

SAVIGNY, Friedrich Karl von. **Metodologia Jurídica**. Trad. Hebe A. M Caletti Marenco. Campinas: Edicamp, 2001.

SGARBI, Adrian. **Teoria do Direito: primeiras lições**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SOARES, Ricardo Maurício Freire . **Curso de Introdução ao Estudo do Direito**. 1. ed. Salvador: Jus Podivm, 2009. _____. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2010. _____. **Tendências do Pensamento Jurídico Contemporâneo**. Salvador: JusPODIVM, 2007. _____. **Elementos de Teoria Geral do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2013.

STRECK, Lênio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito**. 10 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

WARAT, Luís Alberto. **Introdução geral ao direito**. Porto Alegre: Safe, 2002. vol. I, II e III



WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento

Programa aprovado em reunião plenária do dia

___/___/___

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso

Programa aprovado em reunião plenária do dia

___/___/___

